



Autogestão e Tecnologia Capitalista

Marc Willians

Um mundo como o atual, em que a tecnologia ocupa posição-chave, produz pessoas tecnológicas, afinadas com a tecnologia. Isso é bem racional: será mais difícil iludi-los, na sua própria área, e isso pode ser transferido para o âmbito geral. Por outro lado, a atual atitude para com a tecnologia contém algo de irracional, patológico, exagerado. Isso está relacionado com o 'véu tecnológico'. As pessoas tendem a considerar a tecnologia como algo em si, como fim em si mesmo, como uma força com vida própria, esquecendo-se, porém, que se trata do braço prolongado do homem. Os meios – e a tecnologia é a essência dos meios para a autopreservação da espécie humana – são fetichizados, porque as finalidades – uma existência digna do ser humano – são encobertas e arrancadas do consciente humano.

Theodor Adorno

O surgimento do capitalismo ocorreu com o simultâneo surgimento das ideias socialistas. O socialismo utópico, o socialismo anarquista, o socialismo marxista, entre outras formas de socialismo, surgiram e se colocaram contra o capitalismo e também contra as ideias capitalistas. Mas, nessa “luta de ideias”, foram às ideias capitalistas que sempre venceram e reforçaram a dominação burguesa, que em muitos casos passa a ser aceita pelas “classes subalternas” e mesmo por parte dos militantes socialistas. Mas a ideia capitalista mais prejudicial ao movimento socialista e ao movimento operário é a tese de que o socialismo é impossível de se realizar. Claro que não se trata do “socialismo real”, já “realizado”, mas sim o socialismo autogestionário projetado por Proudhon, Marx, Rosa Luxemburgo, os esquerdistas alemães e holandeses, algumas correntes anarquistas e autonomistas, entre outras. A concepção de socialismo compreendido como autogestão retornou com força a partir da rebelião estudantil de maio de 1968 em Paris. Surgiram vários grupos e revistas que reivindicaram do projeto



autogestionário, principalmente na França, mas percorrendo toda a Europa Ocidental¹. Na URSS e na Europa Oriental, muitos se levantaram contra a ditadura burocrática erguendo a bandeira da autogestão. Se tudo isso se tornou mais forte a partir da revolta estudantil de 68, é porque a história está sempre adiantada em relação às ideias. Se lembrarmos o Marx “estatizante” antes da comuna de Paris e o Marx antiestatista e autogestionário após a comuna, veremos que isto é a verdade. As nossas ideias estão sempre atrasadas em relação ao movimento histórico. Por isso, devemos sempre buscar a superação do nosso atraso. O socialismo possível, segundo as ideias capitalistas, é o “socialismo realmente existente”. O socialismo revolucionário (a autogestão) é impossível. É impossível por diversos motivos e um deles, do qual trataremos aqui, é que o desenvolvimento tecnológico tornou o socialismo autogestionário uma ideia ultrapassada.

Entretanto, antes de tratarmos deste obstáculo específico à implantação da autogestão, devemos colocar e refutar, resumidamente, duas outras objeções ao socialismo revolucionário, a saber: A) A divisão social do trabalho se aprofundou num grau tão elevado que é puro “romantismo” pregar sua superação; B) É impossível que uma sociedade contemporânea, devido sua complexidade, possa existir sem o estado. Um terceiro obstáculo, do qual trataremos mais demoradamente, é o que afirma que o desenvolvimento tecnológico tornou a autogestão impossível, por que, segundo a direita, ela se tornou “ultrapassada” e, segundo algumas vozes da esquerda, a tecnologia altamente desenvolvida é capitalista e impossibilita a autogestão ou, ainda, para outros,

¹ É claro que toda ideia revolucionária, logo que conquista uma certa notoriedade, passa a ser deformada e adaptada aos interesses da classe dominante. O eurocomunismo cumpriu a tarefa de realizar a deformação da ideia de autogestão para a burguesia ao colocá-la numa perspectiva reformista de transformação social e também deslocá-la para a esfera meramente política, reduzindo a autogestão à “democracia direta” que, por sinal, conviveria tranquilamente com o estado (capitalista) e a democracia representativa (burguesa). Os partidos comunistas da Europa ocidental deformaram a ideia de autogestão e a luta pela autogestão através tanto da tese da via para a autogestão (luta eleitoral e parlamentar) quanto da própria concepção de “autogestão”, mera caricatura da concepção originária e revolucionária.



tal desenvolvimento levará à automação, o que torna a autogestão “dispensável”. Trataremos disso mais adiante. O primeiro obstáculo colocado pelas ideias capitalistas à realização da autogestão apresenta inúmeros equívocos. Em primeiro lugar, é uma concepção evolucionista e unilinear, pois considera que a divisão social do trabalho vem se aprofundando historicamente (o que é uma verdade) e por isso irá, necessariamente, continuar se aprofundando. É uma concepção extremamente simplista, o que, aliás, favorece sua aceitação e reprodução. O que é simples é fácil de “entender” e “digerir”. Os crédulos são perdoáveis, mas os ideólogos não. Qualquer estudioso que tenha um pouco de conhecimentos econômicos e sociológicos, juntamente com um mínimo de conhecimento sobre tecnologia, sabe muito bem que isto é uma estupidez. O aprofundamento da divisão social do trabalho não é um processo natural e sim um processo social. Isso significa, entre outras coisas, que tal aprofundamento da divisão social do trabalho é produto de determinadas relações de produção e estas são, no caso da nossa sociedade, capitalista. A permanência destas relações de produção leva ao aprofundamento da divisão social do trabalho. Se raciocinarmos dentro da perspectiva de que essas relações de produção continuarão existindo eternamente, então o aprofundamento da divisão social do trabalho também ocorrerá permanentemente. Acontece que o “se” é o “se” e se trocarmos o “se permanecer” pelo “se mudar” veremos que tal aprofundamento da divisão social do trabalho não é uma lei natural. As relações de produção capitalistas não são eternas e a sua reprodução está marcada pela contradição e esta a fará explodir.

Em segundo lugar, o atual grau de desenvolvimento social, científico e tecnológico possibilita o fim da divisão social do trabalho, embora apresentem algumas dificuldades, que, no entanto, são superáveis. Isto é uma verdade inquestionável. Porque ela não ocorre então? A resposta é a seguinte: o fim da divisão social do trabalho é contrário aos interesses de certas classes sociais (em especial, a burguesia e a “classe dos gerentes”), pois significaria, simultaneamente, o fim da lei do valor (do capitalismo,



portanto), das classes sociais, etc. Em resumo: o fim da divisão social do trabalho significa o fim das classes sociais privilegiadas que possuem sua existência garantida por esta mesma divisão. Concluindo: já existem condições sociais, tecnológicas e econômicas para a abolição da divisão social do trabalho e implantação da autogestão; o único impedimento é político e a sua superação só pode ocorrer através da luta política, que é a luta de classes, contra as classes privilegiadas e são as classes “desprivilegiadas” que poderão levar esta luta até o fim.

O segundo obstáculo que as ideias capitalistas colocam para a realização da autogestão é a “necessidade do estado”, o problema aqui é o mesmo que o acima colocado. Na sociedade atual – capitalista – o Estado é uma necessidade. Por mais que se faça um discurso neoliberal, o estado continua sendo uma necessidade econômica, política e ideológica para a classe capitalista manter sua dominação e reproduzir o capitalismo. Se utilizarmos o ponto de vista da sociedade capitalista, o estado é necessário e sua abolição é impossível. No quadro das relações de produção e do conjunto das relações sociais da sociedade capitalista, com suas contradições econômicas, políticas e sociais, o estado é indispensável. Entretanto, no quadro de novas relações de produção e do conjunto de novas relações sociais da sociedade comunista, ele não só é dispensável como também é prejudicial e inaceitável. O atual estágio de desenvolvimento capitalista possibilita a abolição do estado, pois tal desenvolvimento cria as condições econômicas, políticas, culturais e sociais para a instalação de uma sociedade autogerida. O único obstáculo real é, por um lado, a classe dominante e seus aliados, por outro, a criação de uma vontade política e realização de uma luta política das classes dominadas no sentido de destruir o estado capitalista.

Passemos, finalmente, para a questão fundamental: a autogestão ficou impossibilitada com o desenvolvimento tecnológico capitalista? Segundo os ideólogos da direita, a sociedade capitalista pós-industrial conseguiu oferecer um nível econômico de vida elevado e por isso não existe mais a necessidade de contestação, de revolução.



Esse é o *happy end* da história. É claro que tais ideólogos só dizem “nível de vida” e não “nível econômico de vida”, isto ocorre porque é mais fácil, desta forma, evitar perguntas sobre a “vida política”, a “vida social”, a “vida cultural”, a “vida psicológica”, a “vida sexual”, e muitas outras vidas. Esses ideólogos inventam um *homo economicus* para facilitar a aceitação de sua ideologia. Mas voltemos aos nossos ideólogos: tudo isso foi possibilitado graças ao desenvolvimento técnico e científico do capitalismo, que possibilita o bem estar da humanidade. Podemos fazer algumas observações sobre esta última afirmação: A) evita-se, com tal afirmação, o reconhecimento de certas utilizações da tecnologia avançada, como, por exemplo, o seu uso em guerras; B) tal desenvolvimento não proporcionou o bem estar da humanidade nem mesmo nas sociedades capitalistas avançadas e muito menos nas outras; C) não se levou em conta a situação do trabalhador com tal desenvolvimento: nas fábricas, o trabalho se torna cada vez mais opressivo; fora das fábricas, cresce assustadoramente o desemprego; D) esquece-se que este desenvolvimento tecnológico está envolvido na dinâmica do capitalismo, o que implica em competição, oligopolização e utilização da tecnologia visando o lucro e não o “bem estar da humanidade”.

Passemos para as teses mais sérias que se opõem à autogestão. Essas são as teses vindas daqueles que se consideram de esquerda, mas acabam reproduzindo as ideias capitalistas, pelo menos em parte. Estou de pleno acordo com André Gorz quando ele diz que as forças produtivas que se desenvolvem sobre a base do modo de produção capitalista são, elas mesmas, capitalistas². Também estou de acordo com A. Gorz e I. Illich quando eles dizem que é necessário transformar as forças produtivas para se implantar a autogestão. Entretanto, apesar de reconhecer o caráter pioneiro de algumas análises de A. Gorz e de sua importância para elaborarmos teorias que nos ajudem a superar o nosso atraso em relação à história, me permito discordar de algumas afirmações do referido autor. Em primeiro lugar, a sua tese deixa transparecer que é

² GORZ, André. *Adieux au prolétariat*. Paris, Editions Galiléé, 1980.



necessário, primeiramente, transformar as forças produtivas (que são capitalistas) para *depois* implantar a autogestão, já que esta só é possível com a transformação daquelas. Isto significa que a autogestão é impossível, pois para ela ser implantada é necessário anteriormente transformar as forças produtivas, mas estas não podem ser transformadas sob as relações de produção capitalistas. Se o desenvolvimento das forças produtivas, segundo A. Gorz, são funcionais apenas às relações de produção capitalistas, então, no quadro destas relações, continuará se reproduzindo esta mesma funcionalidade. Quando A. Gorz coloca a necessidade de “refundir” e “converter” as forças produtivas para haver uma “apropriação coletiva”, ele se esquece de que para isso ocorrer é necessário *anteriormente* existir relações de produção que possibilitem e queiram esta reconversão. André Gorz reintrojeta no marxismo a velha questão: quem nasceu (no caso, quem “vai nascer”) primeiro: o ovo ou a galinha? Ou, o que é um velho dilema marxista, o que levará ao socialismo é o desenvolvimento das forças produtivas ou a luta de classes?

Considero que a questão está mal colocada. É preciso reafirmar que tanto as forças produtivas quanto as relações de produção, nas sociedades contemporâneas, são capitalistas. Também é necessário recordar que a instauração de um novo modo de produção pressupõe a transformação tanto das forças produtivas quanto das relações de produção. A questão de saber onde está o “núcleo gerador” do novo modo de produção (se nas forças produtivas ou nas relações de produção) é destituída de sentido, pois as forças produtivas são capitalistas porque as relações de produção o são e, uma vez estas deixando de existir aquelas logo deixarão de ser capitalistas. Entretanto, não se deve perder de vista que tais forças produtivas, mesmo livres da dinâmica do capitalismo, continuarão apresentando dificuldades a uma apropriação coletiva. Mas não se deve confundir dificuldade com impossibilidade. É claro que não se deve esquecer a necessidade de transformação das forças produtivas. Acontece que os homens envolvidos na transformação revolucionária da sociedade serão constrangidos a ver esta necessidade. Portanto, chegamos à seguinte conclusão: A) as forças produtivas



capitalistas, ao contrário do que pensa A. Gorz, continuam fornecendo a “base material” do socialismo, pois o caráter capitalista destas forças produtivas só permanece com a manutenção das relações capitalistas de produção; B) devido a isto, uma parte dessas forças produtivas poderá mudar de “função” e se tornar funcional em relação às relações de produção comunistas; C) a outra parte destas forças produtivas poderá ser utilizada, num primeiro momento, na produção de forças produtivas comunistas (ou, segundo linguagem de Ivan Illich, de “instrumentos convivenciais”) e, num segundo momento, serem abolidas; D) A parte restante das forças produtivas fatalmente se tornará “peça de museu”, pois não só a sua forma de utilização como também as coisas produzidas por elas são incompatíveis com a sociedade comunista.

Até aqui tratamos das forças produtivas em apenas um de seus aspectos, como meios de produção, mas agora devemos tratar do seu outro aspecto, ou seja, como força de trabalho. Toda força de trabalho é específica e no caso da nossa sociedade ela é assalariada e está submetida à divisão social do trabalho e, portanto, subsumida a uma especialização e possuindo certos conhecimentos técnicos provenientes daí. A questão que se pode colocar é: como essa força de trabalho poderá realizar, devido suas limitações, a socialização dos meios de produção através da apropriação coletiva? Em primeiro lugar, deve-se levar em conta que esta apropriação coletiva não será feita por parte dos especialistas e sim pela *totalidade* dos especialistas, ou seja, pela totalidade da força de trabalho. Caso contrário, não haveria autogestão. Além disso, certos especialistas somente o são por função e não por conhecimentos técnicos específicos. Este tipo de especialista será imediatamente abolido. Em segundo lugar, serão criados organismos coletivos de autogestão, os conselhos operários, que irão autogerir as unidades produção e isto impedirá a autonomização dos especialistas e promoverá a socialização do saber técnico e científico, fundando a base para a abolição da especialização e dos especialistas. Em terceiro lugar, a nova sociedade não transformará apenas as relações de produção, mas o conjunto das relações sociais, incluindo aí o



modo de educação que deixará de ser centralizado, estratificado, burocratizado e especializado. As universidades, as escolas técnicas profissionalizantes e todas as outras instituições formadoras de força de trabalho especializada, serão abolidas e um modo de educação voltado para a realização integral do homem será implantado. Em poucas palavras: não existe nenhum impedimento à força de trabalho tomar conta da produção e realizar a autogestão.

André Gorz não colocou, explicitamente, que a autogestão é impossível, aliás, até a defendeu. Entretanto, a ambiguidade de sua tese deixa isto transparecer. O problema se encontra na separação entre as forças produtivas e as relações de produção, pois isto cria a ilusão de que o grande obstáculo ao socialismo está na “tecnologia”, na “força de trabalho”, enquanto que, na realidade, está na classe dominante e nos seus órgãos de repressão e reprodução, ou seja, o obstáculo é político e a luta de classe do proletariado é o único meio de ultrapassar este obstáculo. Não vai ser, entretanto, no campo da burguesia, se apossando dos seus meios de dominação, que se pode realizar a revolução proletária. Mas sim através da criação de um campo dos trabalhadores e explorados que pode dar força à resistência e luta operária. Resumidamente: não é no campo eleitoral, parlamentar e estatal e sim no campo da produção, nas fábricas, escolas, bairros, que se deve levar adiante a luta pela transformação radical da sociedade.

Existem aqueles que afirmam que, com o processo de automação, a autogestão se tornou dispensável e até mesmo uma proposta conservadora, pois pretende perpetuar o trabalho. Esta corrente de esquerda retoma o genro de Marx, Paul Lafargue, e defendem “o direito à preguiça”. O socialismo do futuro deve ser a sociedade do ócio. A grande batalha é a luta pelo aumento do “tempo livre”. Esses preguiçosos neolafarguistas, representantes do novo lumpemproletariado, confundem conceitos, ideias e projetos. A abolição do trabalho em geral é uma proposta tão fantasiosa quanto indesejável. Esta tese se torna possível com a confusão entre o “trabalho em geral” com



o trabalho específico da sociedade capitalista, o trabalho assalariado, e a insatisfação com esta forma específica de trabalho leva à negação de todas as formas de trabalho. O conceito burguês de trabalho, o trabalho alienado comandado pela lógica do salariato, que nos é apresentado como “o trabalho”, realmente deve ser abolido. A redução do significado da palavra trabalho ao sentido puramente econômico, o que o torna equivalente ao trabalho assalariado, é uma noção burguesa. A sociedade socialista irá efetivar a abolição do trabalho assalariado e do trabalho alienado em geral. Entretanto, o trabalho de pintar um quadro, de autogerir a segurança da comunidade, de tratar da enfermidade das outras pessoas, entre outras formas de trabalho, permanecerá.

O trabalho socialmente necessário – heterônomo – será diminuído, mas nunca abolido. A automação nunca será completa. É claro que devemos distinguir “automação” – que se refere à máquina automática que substitui a mão do homem – de “automação”, que preenche algumas funções de cérebro humano³. A automação completa é impossível por diversos motivos: A) como observou H. Laborit, para haver automação completa seria necessário haver automação do consumo⁴; B) isto seria possível se os computadores criassem, por conta própria, novos computadores, o que é impossível; C) para que isto ocorresse seria necessária a existência de uma sociedade e uma natureza “estáticas”, pois só assim seriam previsíveis os acontecimentos e a programação dos computadores seria dotada de infalibilidade. Em resumo: a automação completa só seria possível transformando os próprios homens em máquinas ou em “elementos de natureza” e assim estaria garantida a permanência da regularidade e da reprodução social dirigida pela “automação automática”. Mesmo com a transformação dos homens em máquinas, a automação completa só seria possível se os fenômenos da natureza não atingissem mais a sociedade, se o crescimento populacional fosse

³ GUILLAMAUD, Jacques. *Cybernétique et Matérialisme Dialectique*. Paris, Editions Sociales.

⁴ LABORIT, Henri. *L' Homme et la Ville*. Paris, Flammarion, 1971.



estagnado (não poderia nem aumentar, nem diminuir), e assim por diante. O *homo mechanicus* não passa de uma fantasia tenebrosa.

Para encerrar esta crítica aos neolafarguistas, é fundamental desfazer o equívoco que é a sua palavra de ordem: “*pelo aumento do tempo livre*”. Alguns dos representantes do que denominei “neolafarguismo” são ferozes opositores do princípio burguês da produtividade, por isso, a grande luta da atualidade, para eles, é aumentar o “tempo livre” e diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário. Na sociedade capitalista, o aumento da produtividade é uma necessidade porque é através dele que se aumenta a extração de mais-valia relativa. O aumento desta última, por sua vez, é uma necessidade por causa da composição orgânica do capital. Acontece que para aumentar o tempo livre e diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário é preciso aumentar a produtividade. Como se aumenta a produtividade? A resposta é: com o desenvolvimento técnico e científico. Como isto irá ocorrer? A resposta é: com o aumento do tempo livre os trabalhadores poderão se dedicar ao aperfeiçoamento dos seus conhecimentos científicos, técnicos, entre outros. Entretanto, esse aperfeiçoamento não é “tempo livre” e sim “trabalho socialmente necessário”, pois o que define este não é o “local” onde ele se realiza e sim sua *finalidade*. Os “críticos ferozes” do princípio burguês da produtividade acabam reproduzindo-o.

Se no capitalismo a necessidade do aumento de produtividade é comandada pela *lei do valor*, no socialismo neolafarguista é comandada pela “lei do tempo livre”. Isto significa, no final das contas, que o aumento do tempo livre é uma ilusão, pois ele se revela como “trabalho socialmente necessário”. Além disso, ninguém garante que o tempo livre, se for realmente livre, ou seja, se não houver uma ditadura para controlar essa “liberdade”, será utilizado na acumulação de conhecimentos científicos e de saber técnico. Caso isso não ocorra, não haverá aumento de produtividade e, conseqüentemente, de tempo livre e assim por diante. Haveria, nesse caso, uma estagnação da sociedade. Caso a sociedade passasse a ser regida pela “lei do tempo



livre”, isto significaria a implantação de uma espécie de modo de produção “tecnoprodutivista” e não o socialismo. O primado da produção estaria garantido e, junto com ele, a reprodução da alienação.

Esta inversão da perspectiva comunista só é possível por que não se vê que a essência do socialismo não é a luta pelo incessante aumento de tempo livre e sim a autogestão. A “lei do tempo livre” é um programa pré-fabricado por intelectuais “alérgicos ao trabalho”, principalmente ao trabalho manual, que buscam criar um “modelo” de sociedade socialista e criar “modelos” é uma especialidade dos intelectuais e de alguns militantes socialistas. Eles elaboram um programa que não oferece uma alternativa às relações de trabalho e nenhuma perspectiva de atividade para o tempo livre (a não ser o acúmulo de conhecimentos). E o que é pior: eles conservam a distinção entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, ou seja, apresentam o trabalho como negatividade pura e o não trabalho como positividade pura. O trabalho aqui é reconhecido apenas no sentido burguês da palavra⁵.

Acontece que o conteúdo do socialismo é a autogestão. Em uma sociedade autogerida cabe aos homens definirem se querem ou não aumentar a produtividade e o “tempo livre”. Em tal sociedade o primado da produção é abolido por que a separação entre produção com as outras esferas da vida social deixa de existir e por isso o aumento da produtividade passa a ser submetida à vontade e necessidades dos homens, que decidem isso livre e conscientemente. A autogestão não é apenas um método de gestão das fábricas ou sinônimo de “democracia direta”; ela é, na verdade, uma relação social que se reproduz em todas as esferas da vida social e que significa o que Marx denominou o “*reino da liberdade*”. A liberdade, como sabemos, não cabe dentro de um modelo, mesmo que seja o modelo da “lei do tempo livre”.

⁵ A distinção que A. Gorz realiza, na obra citada, é muito mais interessante, além de expressar o ponto de vista marxista. A distinção entre “trabalho autônomo” e “trabalho heterônomo” deixa claro o abandono da concepção burguesa de trabalho e o predomínio do “trabalho autônomo” sobre o “trabalho heterônomo” expressa uma concepção autogestionária.



Portanto, todas estas teses que, se baseando no desenvolvimento tecnológico, defendem a impossibilidade da autogestão têm como fundamento a negação do papel da luta de classes e da ação política consciente, da práxis revolucionária, em favor do economicismo. Outro aspecto em comum dessas ideologias está em utilizar as categorias, as noções, os homens e os projetos da sociedade capitalista para analisar a possibilidade de implantação do socialismo ou para pensar o funcionamento da sociedade comunista. Isto demonstra uma falta de conhecimentos históricos e antropológicos, que já demonstraram a necessidade de reconhecer a especificidade de cada sociedade e que teve como complemento fundamental a teoria marxista da sociedade (Marx, W. Kula) que nos revela que a categoria fundamental para explicar uma formação social é a de modo de produção. Em conclusão, podemos afirmar que a autogestão ou a formação de uma sociedade verdadeira e completamente humana é uma questão de *tempo*, de *vontade* e de *luta*. A autogestão pode ser realizada hoje ou poderia já ter sido implantada há décadas. Como confiamos na capacidade humana de buscar superar a opressão, podemos dizer que isto ocorrerá mais cedo ou mais tarde, ou seja, é uma questão de *tempo*. Isto ocorrerá quando houver *vontade* nos homens de fazê-lo e como esta vontade encontrará, aliás, já encontra, a vontade contrária das classes privilegiadas, haverá uma *luta* para se efetivar a construção da sociedade autogerida. Portanto, a autogestão é possível e desejável nos dias de hoje. Só nos resta superar as ideias capitalistas e lutarmos por sua concretização.